



CAPETINGA-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPETINGA-MINAS GERAIS

ASSISTENTE SOCIAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática
- ▶ Conhecimentos Gerais
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL NÚMERO 001/2025

BÔNUS
ÁREA DO CONCURSEIRO

A logo featuring the number '40' in large blue digits above the word 'ANOS' in yellow, with a blue swoosh underneath. Below the main text, it says 'A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO'.

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa**.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>





CAPETINGA - MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPETINGA -
MINAS GERAIS - MG

Assistente Social

EDITAL NÚMERO 001/2025

CÓD: SL-024DZ-25
7908433287636

Língua Portuguesa

1.	A Comunicação: linguagem, texto e discurso; o texto, contexto e a construção dos sentidos.....	7
2.	Coesão e coerência textuais	8
3.	Intertextualidade	9
4.	Polifonia	10
5.	A Língua: norma culta E variedades linguísticas; dialetos e registros, gíria	10
6.	Língua padrão: ortografia	12
7.	Acentuação	14
8.	Pontuação	16
9.	Semântica: denotação e conotação. sinônima, antônima, homônima, parônima; polissêmia e ambiguidade	18
10.	Figuras de linguagem	23
11.	Morfologia: estrutura e processos de formação de palavras.....	25
12.	Classes de palavras: flexões, emprego e valores semânticos, com ênfase em verbos, pronomes, conjunções e preposições.....	26
13.	Sintaxe: Termos e Orações coordenadas e subordinadas.....	35
14.	Concordância nominal e verbal	40
15.	Regência nominal e verbal.....	41
16.	Crase	45
17.	Sintaxe de colocação.....	46
18.	Sentido denotativo e conotativo (figurado)	47
19.	Vícios de linguagem	47

Matemática

1.	Estruturas lógicas.....	57
2.	Lógica da argumentação	63
3.	Diagramas lógicos	66
4.	Números relativos inteiros e fracionários, operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação). Conjunto de Números Reais e Conjunto de Números Racionais. Frações ordinárias e decimais, números decimais, propriedades e operações	68
5.	Múltiplos e divisores	77
6.	Números Primos	78
7.	Máximos divisores comuns e mínimos múltiplos comuns.....	79
8.	Expressões numéricas.....	81
9.	Equações do 1º e 2º graus	82
10.	Sistemas de equações do 1º e 2º graus	85
11.	Funções do 1º e 2º grau.....	87
12.	Estudo do triângulo retângulo; relações métricas no triângulo retângulo; semelhança de triângulos; relações trigonométricas (seno, cosseno e tangente); Teorema de Pitágoras; Ângulos; Geometria – Área, Volume e Perímetro....	92
13.	Sistema de medidas de tempo, sistema métrico decimal.....	101
14.	Números e grandezas proporcionais, razões e proporções	105
15.	Regra de três simples e composta	106
16.	Porcentagem.....	107

ÍNDICE

17. Juros simples - juros, capital, tempo, taxas e montante	108
18. Média Aritmética simples e ponderada.....	109
19. Problemas envolvendo os itens do programa proposto	110

Conhecimentos Gerais

1. Conhecimentos municipais, estaduais e nacionais sobre: política, economia, geografia, sociedade, cultura e história.....	117
2. Atualidades relevantes sobre diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, segurança, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental e ecologia e suas vinculações históricas. Fatos e notícias locais, nacionais e internacionais sobre diversos assuntos veiculados nos meios de comunicação de massa, como jornais, revistas, rádios, televisão e internet.....	145

Conhecimentos Específicos Assistente Social

1. Serviços e benefícios das políticas públicas de seguridade social (previdência social, assistência social e saúde)	149
2. Organização da assistência social - lei nº 8.742/1993.....	153
3. Lei 8.080/1990 que regulamenta as ações e serviços de saúde	164
4. Planos e benefícios da previdência social – lei nº 8.213/1991	175
5. Norma operacional básica do sistema único de assistência social (NOB-SUAS)	201
6. Procedimentos de pesquisa, levando em consideração a atitude investigativa do serviço social	226
7. Planejamento social.....	227
8. Questão social e estratégias de enfrentamento na atualidade	233
9. A dimensão técnico – operativa do Serviço Social.....	238
10. Competências e atribuições privativas do Serviço Social.....	241
11. Processo de trabalho e o trabalho em serviço social.....	245
12. Famílias e políticas públicas	248
13. Lei que regulamenta a profissão nº 8.662/1993.....	251
14. Código de ética profissional do assistente social de 1993	254
15. Projeto ético-político do serviço social	259
16. Estatuto da pessoa idosa – lei 10.741/2003	263
17. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência) – lei nº 13.146/2015	274
18. Lei Maria da Penha - violência doméstica e familiar contra a mulher lei nº 11.340/2006	292
19. Lei para crime de racismo – lei 14.532/2023	299

LÍNGUA PORTUGUESA

A COMUNICAÇÃO: LINGUAGEM, TEXTO E DISCURSO; O TEXTO, CONTEXTO E A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS

A COMUNICAÇÃO COMO PROCESSO ESSENCIAL DA LINGUAGEM

A comunicação é um dos pilares da vida em sociedade. Desde os gestos mais simples até as manifestações mais complexas da linguagem escrita ou oral, comunicar-se é fundamental para estabelecer relações, construir conhecimento e atuar no mundo. O processo comunicativo, em sua essência, envolve a troca de informações entre um emissor e um receptor, mediada por uma mensagem. Esse processo é viabilizado por um canal, estruturado por um código e situado em um contexto. Esses seis elementos formam o chamado modelo clássico da comunicação, conforme definido por Roman Jakobson.

Compreender os mecanismos e os recursos envolvidos na comunicação é essencial para interpretar textos, analisar discursos e atribuir sentido às mensagens. Isso se torna ainda mais relevante no contexto dos concursos públicos, nos quais a habilidade de leitura, interpretação e produção textual é constantemente exigida.

LINGUAGEM, LÍNGUA E FALA: DISTINÇÕES FUNDAMENTAIS

A linguagem é uma faculdade humana universal, que permite a comunicação. Pode se manifestar de diversas formas — verbal (oral ou escrita), não verbal (imagens, gestos, sons) ou mista (como em tirinhas e propagandas). Já a língua é um sistema de signos linguísticos compartilhado por uma comunidade, como o português, o espanhol ou o inglês. Por fim, a fala representa o uso individual da língua em situações específicas.

Roman Jakobson também contribuiu com a teoria das funções da linguagem, que ajudam a compreender o objetivo principal de um ato comunicativo:

- **Referencial:** transmite uma informação objetiva (ex: notícias);
- **Emotiva:** expressa emoções do emissor (ex: diários, desabafos);
- **Conativa:** busca provocar uma ação no receptor (ex: ordens, pedidos);
- **Fática:** verifica ou mantém o canal de comunicação (ex: “alô”, “tá me ouvindo?”);
- **Metalinguística:** usa a linguagem para falar da própria linguagem (ex: definições gramaticais);
- **Poética:** valoriza a forma da mensagem (ex: poemas, slogans publicitários).

Reconhecer essas funções ajuda a identificar a intenção comunicativa de diferentes textos.

TEXTO: CONCEITO, TIPOS E PROPRIEDADES

Um texto é uma unidade de sentido composta por enunciados que se organizam com base na coesão e na coerência. Ele pode ser escrito ou oral, verbal ou não verbal. O importante é que tenha intencionalidade comunicativa, ou seja, que seja produzido com o objetivo de transmitir uma mensagem comprehensível.

Os tipos textuais mais cobrados em concursos são:

- **Narração:** relata acontecimentos com personagens, tempo e espaço definidos;
- **Descrição:** apresenta características de seres, lugares, objetos;
- **Dissertação:** expõe ideias, podendo ser argumentativa ou expositiva;
- **Injunção:** orienta o leitor a agir, como em manuais e receitas;
- **Exposição:** apresenta informações de forma neutra e objetiva.

Além disso, os gêneros textuais são manifestações concretas desses tipos, moldadas por contextos sociais. Um artigo de opinião, por exemplo, é um gênero com predominância do tipo dissertativo-argumentativo.

Duas propriedades essenciais do texto são:

- **Coesão:** ligação formal entre as partes do texto (uso de pronomes, conjunções, elipses, etc.);
- **Coerência:** sentido lógico entre as ideias do texto, respeitando o conhecimento de mundo e as expectativas do leitor.

DISCURSO: CONCEITO E RELAÇÕES COM A LINGUAGEM E O TEXTO

Texto e discurso não são sinônimos. O discurso é a materialização do texto em um contexto histórico, social e ideológico. É a forma como os sentidos são produzidos nas interações humanas, levando em conta a posição de quem fala, para quem se fala, e com que intenção se fala.

Autores como Mikhail Bakhtin e Michel Foucault foram fundamentais para a teoria do discurso. Bakhtin, por exemplo, destaca o caráter dialógico da linguagem: todo enunciado é uma resposta a outros e se antecipa a novas respostas. Essa concepção introduz o conceito de interdiscursividade e de heterogeneidade discursiva, revelando como um texto carrega ecos de outros textos e vozes sociais.

Analizar o discurso é, portanto, interpretar o sentido além da estrutura formal do texto, considerando fatores ideológicos, sociais e culturais.

TEXTO, CONTEXTO E A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS

A interpretação textual não depende apenas do que está escrito, mas também do contexto em que o texto foi produzido e lido. Esse contexto pode ser:

- **Situacional:** onde e como a comunicação ocorre;
- **Sociocultural:** valores, crenças e hábitos compartilhados;
- **Histórico:** momento e circunstâncias da produção do texto;
- **Ideológico:** posição política, moral ou cultural de quem escreve.

Esses elementos afetam diretamente a construção dos sentidos. É por isso que, muitas vezes, a compreensão de um texto exige o domínio de conhecimentos extralingüísticos. As inferências — ou seja, as informações que o leitor deduz com base em pistas — são fundamentais nesse processo.

Exemplo:

Se um texto diz “João colocou o casaco antes de sair”, é possível inferir que fazia frio, mesmo que isso não tenha sido dito explicitamente.

COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAIS

DEFINIÇÕES E DIFERENCIAMENTO

Coesão e coerência são dois conceitos distintos, um texto coeso pode ser incoerente, assim como um texto coerente pode não ter coesão. O que existe em comum entre os dois é o fato de constituírem mecanismos fundamentais para uma produção textual satisfatória.

Resumidamente, a coesão textual se volta para as questões gramaticais, isto é, na articulação interna do texto. Já a coerência textual tem seu foco na articulação externa da mensagem.

COESÃO TEXTUAL

Consiste no efeito da ordenação e do emprego adequado das palavras que proporcionam a ligação entre frases, períodos e parágrafos de um texto. A coesão auxilia na sua organização e se realiza por meio de palavras denominadas **conectivos**.

As técnicas de coesão

A coesão pode ser obtida por meio de dois mecanismos principais, a anáfora e a catáfora. Por estarem relacionados à mensagem expressa no texto, esses recursos classificam-se como endofônicos. Enquanto a anáfora retoma um componente, a catáfora o antecipa, contribuindo com a ligação e a harmonia textual.

As regras de coesão

Para que se garanta a coerência textual, é necessário que as regras relacionadas abaixo sejam seguidas.

Referência:

- **Pessoal:** emprego de pronomes pessoais e possessivos. Exemplo: «Ana e Sara foram promovidas. Elas serão gerentes de departamento.” Aqui, tem-se uma referência pessoal anafórica (retoma termo já mencionado).

▪ **Comparativa:** emprego de comparações com base em semelhanças. Exemplo: “Mais um dia como os outros...”. Temos uma referência comparativa endofórica.

▪ **Demonstrativa:** emprego de advérbios e pronomes demonstrativos. Exemplo: “Inclua todos os nomes na lista, menos este: Fred da Silva.” Temos uma referência demonstrativa catafórica.

▪ **Substituição:** consiste em substituir um elemento, quer seja nome, verbo ou frase, por outro, para que ele não seja repetido. Analise o exemplo: “Iremos ao banco esta tarde, elas foram pela manhã.”

Perceba que a diferença entre a referência e a substituição é evidente, principalmente no fato de que a substituição adiciona ao texto uma informação nova. No exemplo usado para a referência, o pronome pessoal retoma as pessoas “Ana e Sara”, sem acrescentar quaisquer informações ao texto.

▪ **Elipse:** trata-se da omissão de um componente textual nominal, verbal ou frasal por meio da figura, denominando elipse.

▪ **Exemplo:** “Preciso falar com Ana. Você a viu?” Aqui, é o contexto que proporciona o entendimento da segunda oração, pois o leitor fica ciente de que o locutor está procurando por Ana.

▪ **Conjunção:** é o termo que estabelece ligação entre as orações.

▪ **Exemplo:** “Embora eu não saiba os detalhes, sei que um acidente aconteceu.” Conjunção concessiva.

▪ **Coesão lexical:** consiste no emprego de palavras que fazem parte de um mesmo campo lexical ou que carregam sentido aproximado. É o caso dos nomes genéricos, sinônimos, hiperônimos, entre outros.

▪ **Exemplo:** “Aquele *hospital* público vive lotado. A *instituição* não está dando conta da demanda populacional.”

COERÊNCIA TEXTUAL

A Coerência é a relação de sentido entre as ideias de um texto que se origina da sua argumentação – consequência decorrente dos saberes conhecimentos do emissor da mensagem. Um texto redundante e contraditório, ou cujas ideias introduzidas não apresentam conclusão, é um texto incoerente.

A falta de coerência prejudica a fluência da leitura e a clareza do discurso. Isso quer dizer que a falta de coerência não consiste apenas na ignorância por parte dos interlocutores com relação a um determinado assunto, mas da emissão de ideias contrárias e do mal uso dos tempos verbais.

Observe os exemplos:

“A apresentação está finalizada, mas a estou concluindo até o momento.” - Aqui, temos um processo verbal acabado e um inacabado.

“Sou vegana e só como ovos com gema mole.” - Os veganos não consomem produtos de origem animal.

MATEMÁTICA

ESTRUTURAS LÓGICAS

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

VALORES LÓGICOS

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- Verdadeiro (V), caso a proposição seja verdadeira.
- Falso (F), caso a proposição seja falsa.

Esse fato faz com que cada proposição seja considerada uma declaração monovalente, pois admite apenas um valor lógico: verdadeiro ou falso.

Axiomas fundamentais

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$.

Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- **Frases interrogativas:** “Quando será a prova?”
- **Frases exclamativas:** “Que maravilhoso!”
- **Frases imperativas:** “Desligue a televisão.”
- **Frases sem sentido lógico:** “Esta frase é falsa.”

Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- **Sentença fechada e verdadeira:** “ $2 + 2 = 4$ ”
- **Sentença fechada e falsa:** “O Brasil é uma ilha”

Proposições Simples e Compostas

As proposições podem ainda ser classificadas em simples e compostas, dependendo da estrutura e do número de ideias que expressam:

Proposições Simples (ou Atômicas)

São proposições que não contêm outras proposições como parte integrante de si mesmas. São representadas por letras minúsculas, como p, q, r, etc.

Exemplos:

- **p:** “João é engenheiro.”
- **q:** “Maria é professora.”

Proposições Compostas (ou Moleculares)

Formadas pela combinação de duas ou mais proposições simples. São representadas por letras maiúsculas, como P, Q, R, etc., e usam conectivos lógicos para relacionar as proposições simples.

Exemplo: P: “João é engenheiro e Maria é professora.”

Classificação de Frases

Ao classificarmos frases pela possibilidade de atribuir-lhes um valor lógico (verdadeiro ou falso), conseguimos distinguir entre aquelas que podem ser usadas em raciocínios lógicos e as que não podem. Vamos ver alguns exemplos e suas classificações.

- **“O céu é azul.”** – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).
- **“Quantos anos você tem?”** – Sentença aberta (é uma pergunta, sem valor lógico).
- **“João é alto.”** – Proposição lógica (podemos afirmar ou negar).
- **“Seja bem-vindo!”** – Não é proposição lógica (é uma saudação, sem valor lógico).
- **“2 + 2 = 4.”** – Sentença fechada (podemos atribuir valor lógico, é uma afirmação objetiva).
- **“Ele é muito bom.”** – Sentença aberta (não se sabe quem é “ele” e o que significa “bom”).
- **“Choveu ontem.”** – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).
- **“Esta frase é falsa.”** – Não é proposição lógica (é um paradoxo, sem valor lógico).
- **“Abra a janela, por favor.”** – Não é proposição lógica (é

AMOSTRA

- “O número x é maior que 10.” – Sentença aberta (não se sabe o valor de x)

Exemplo: (CESPE)

Na lista de frases apresentadas a seguir:

- A frase dentro destas aspas é uma mentira.”
- A expressão $x + y$ é positiva.
- O valor de $\sqrt{4} + 3 = 7$.
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:

- (A) uma proposição;
- (B) duas proposições;
- (C) três proposições;
- (D) quatro proposições;
- (E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

- (A) A frase é um paradoxo, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.
- (B) Não sabemos os valores de x e y, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. É uma sentença aberta e não é uma proposição lógica.
- (C) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa. É uma proposição lógica.
- (D) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa, independente do número exato. É uma proposição lógica.
- (E) É uma pergunta, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.

Resposta: B.

CONECTIVOS LÓGICOS

Para formar proposições compostas a partir de proposições simples, utilizamos conectivos lógicos. Esses conectivos estabelecem relações entre as proposições, criando novas sentenças com significados mais complexos. São eles:

Operação	Conectivo	Estrutura Lógica	Exemplos		
			p	q	Resultado
Negação	\sim ou \neg	Não p	"Hoje é domingo"	-	$\sim p$: "Hoje não é domingo"
Conjunção	\wedge	p e q	"Estudei"	"Passei na prova"	$p \wedge q$: "Estudei e passei na prova"
Disjunção Inclusiva	\vee	p ou q	"Vou ao cinema"	"Vou ao teatro"	$p \vee q$: "Vou ao cinema ou vou ao teatro"
Disjunção Exclusiva	\oplus	Ou p ou q	"Ganhei na loteria"	"Recebi uma herança"	$p \oplus q$: "Ou ganhei na loteria ou recebi uma herança"
Condicional	\rightarrow	Se p então q	"Está chovendo"	"Levarei o guarda-chuva"	$p \rightarrow q$: "Se está chovendo, então levarei o guarda-chuva"
Bicondicional	\leftrightarrow	p se e somente se q	"O número é par"	"O número é divisível por 2"	$p \leftrightarrow q$: "O número é par se e somente se é divisível por 2"

Exemplo: (VUNESP)

Os conectivos ou operadores lógicos são palavras (da linguagem comum) ou símbolos (da linguagem formal) utilizados para conectar proposições de acordo com regras formais preestabelecidas. Assinale a alternativa que apresenta exemplos de conjunção, negação e implicação, respectivamente.

- (A) $\neg p$, $p \vee q$, $p \wedge q$
- (B) $p \wedge q$, $\neg p$, $p \rightarrow q$
- (C) $p \rightarrow q$, $p \vee q$, $\neg p$
- (D) $p \vee p$, $p \rightarrow q$, $\neg q$

CONHECIMENTOS GERAIS

CONHECIMENTOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E NACIONAIS SOBRE: POLÍTICA, ECONOMIA, GEOGRAFIA, SOCIEDADE, CULTURA E HISTÓRIA

ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS DO BRASIL

AS REGIONALIZAÇÕES DO TERRITÓRIO BRASILEIRO¹

A **regionalização** pode ser entendida como a divisão de um território em áreas que apresentam características semelhantes, de acordo com um critério preestabelecido pelo grupo de pessoas responsáveis por tal definição: aspectos naturais, econômicos, políticos e culturais, entre tantos outros.

Portanto, regionalizar significa identificar determinado espaço como uma unidade que o distingue dos demais lugares o seu redor.

A divisão de um território em regiões auxilia no planejamento das atividades do poder público, tanto nas questões sociais quanto econômicas, já que permite conhecer melhor aquela porção territorial.

O governo e as entidades privadas podem executar projetos regionais, considerando o número de habitantes de cada região, as condições de vida de sua população, as áreas com infraestrutura precária de abastecimento de água, esgoto tratado, energia elétrica, entre outros.

Os Critérios de Divisão Regional do Território

O Brasil é um país muito extenso e variado. Cada lugar apresenta suas particularidades e existem muitos contrastes sociais, naturais e econômicos.

Como cada região diferencia-se das demais com base em suas características próprias, a escolha do critério de regionalização é muito importante.

Um dos critérios utilizados para regionalizar o espaço pode ser relacionado a aspectos naturais, como clima, relevo, hidrografia, vegetação, etc.

A regionalização também pode ser feita com base em aspectos sociais, econômicos ou culturais. Cada um apresenta uma série de possibilidades: regiões demográficas, uso do solo e regiões industrializadas, entre outras.

¹ FURQUIM Junior, Laercio. *Geografia cidadã*. 1ª edição. São Paulo: Editora AJS, 2015.

TERRA, Lygia. *Conexões: estudos de geografia geral e do Brasil – Lygia Terra*; Regina Araújo; Raul Borges Guimarães. 2ª edição. São Paulo: Moderna, 2013.

As Regiões Geoeconômicas

A fim de compreender melhor as diferenças econômicas e sociais do território brasileiro, na década de 1960, surgiu uma proposta de regionalização que dividiu o espaço em **regiões geoeconômicas**, criada pelo geógrafo Pedro Geiger.

Nessa regionalização, o critério utilizado foi o nível de desenvolvimento, características semelhantes foram agrupadas dentro da mesma região. De acordo com esse critério, o Brasil está dividido em três grandes regiões: **Amazônia, Nordeste e Centro-Sul**, como pode observar-se no mapa a seguir.

Brasil: regiões geoeconômicas



Elaborado por: Santiago Alves de Siqueira - www.santiago.pro.br

http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/uploads/5/normal_brasilgeoeconomico.jpg

Os limites da **Amazônia** correspondem à área de cobertura original da Floresta Amazônica. Essa região é caracterizada pelo baixo índice de ocupação humana e pelo extrativismo vegetal e mineral.

Nas últimas décadas, a Amazônia vem sofrendo com o desmatamento de boa parte de sua cobertura original para a implantação de atividades agropecuárias, como o cultivo de soja e a criação de gado.

A região Nordeste é tradicionalmente caracterizada pela grande desigualdade socioeconômica. Historicamente, essa região é marcada pela presença de uma forte elite composta basicamente por grandes proprietários de terra, que dominam também o cenário político local.

AMOSTRA

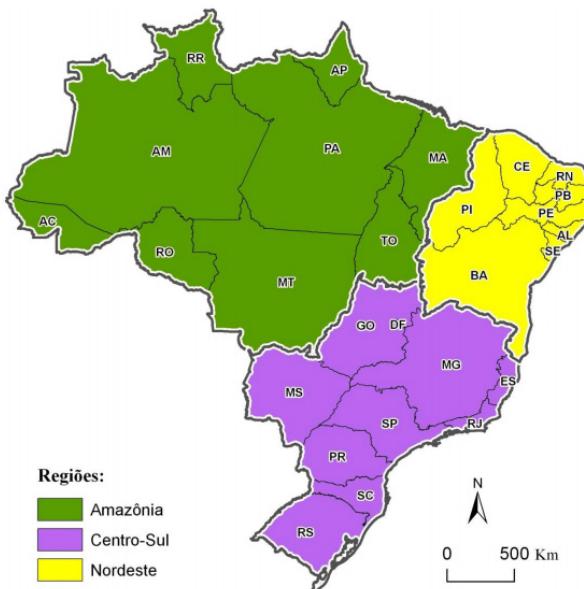
A região Centro-Sul é marcada pela concentração industrial e urbana. Além disso, apresenta elevada concentração populacional e a maior quantidade e diversidade de atividades econômicas.

Essa proposta de divisão possibilita a identificação de desigualdades socioeconômicas e de diferentes graus de desenvolvimento econômico do território nacional.

Seus limites territoriais não coincidem com os dos estados. Assim, partes do mesmo estado que apresentam distintos graus de desenvolvimento podem ser colocadas em regiões diferentes. Porém, esses limites não são imutáveis: caso as atividades econômicas, as quais influenciam as áreas do território, passem por alguma modificação, a configuração geoeconômica também pode mudar.

OUTRAS PROPOSTAS DE REGIONALIZAÇÃO

Regionalização do Brasil por Roberto Lobato Corrêa



http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio_Apoio_Rita/fg386/2s2016/Regionalizacoes_do_Brasil.pdf

Outro geógrafo, chamado Roberto Lobato Corrêa, também fez uma proposta de regionalização que dividia o território em três: Amazônia, Centro-Sul e Nordeste.

No entanto, em sua proposta ele respeitava os limites territoriais dos estados, diferentemente da proposta das regiões geoeconómicas que acabamos de observar acima.

Regionalização do Brasil por Milton Santos



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1551&evento=5>

Os geógrafos Milton Santos e Maria Laura Silveira propuseram outra regionalização para o Brasil, que divide o território em quatro regiões: Amazônia, Nordeste, Centro-Oeste e Concentrada.

Essa divisão foi feita com base no grau de desenvolvimento científico, técnico e informacional de cada lugar e sua influência na desigualdade territorial do país.

A região Concentrada apresenta os níveis mais altos de concentração de técnicas, meios de comunicação e população, além de altos índices produtivos.

Já a região Centro-Oeste caracteriza-se pela agricultura moderna, com elevado consumo de insumos químicos e utilização de tecnologia agrícola de ponta.

A região Nordeste apresenta uma área de povoamento antigo, agricultura com baixos níveis de mecanização e núcleos urbanos menos desenvolvidos do que no restante do país. Por fim, a Amazônia, que foi a última região a ampliar suas vias de comunicação e acesso, possui algumas áreas de agricultura moderna.

As Regiões do Brasil ao Longo do Tempo

Os estudos da Divisão Regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) tiveram início em 1941. O objetivo principal deste trabalho foi o de sistematizar as várias divisões regionais que vinham sendo propostas, de forma que fosse organizada uma única divisão regional do Brasil para a divulgação das estatísticas brasileiras.

A proposta de regionalização de 1940 apresentava o território dividido em cinco grandes regiões: Norte, Nordeste, Este (Leste), Sul e Centro. Essa divisão era baseada em critérios tanto físicos como socioeconômicos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

SERVIÇOS E BENEFÍCIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURIDADE SOCIAL (PREVIDÊNCIA SOCIAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE)

A Seguridade Social representa um dos pilares fundamentais do Estado brasileiro na promoção do bem-estar coletivo e na efetivação dos direitos sociais. Instituída como um sistema articulado de proteção social, a seguridade é responsável por oferecer cobertura diante de riscos e necessidades que impactam diretamente a qualidade de vida da população, como doenças, invalidez, maternidade, desemprego, pobreza e envelhecimento.

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 também conhecida como Constituição Cidadã a Seguridade Social foi consagrada como um conjunto integrado de ações voltadas à promoção dos direitos sociais, organizadas em três grandes áreas: Previdência Social, Assistência Social e Saúde. Cada uma dessas políticas públicas possui características, princípios e formas de acesso distintas, mas todas compartilham o objetivo comum de garantir proteção e dignidade aos cidadãos brasileiros.

FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DA SEGURIDADE SOCIAL

A Seguridade Social brasileira encontra seu alicerce no Título VIII da Constituição Federal de 1988, mais especificamente no Capítulo II, artigos 194 a 204. O art. 194 define a seguridade como:

"Um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social."

Esse dispositivo constitucional é a base jurídica para a estruturação do sistema de seguridade no país, e traz consigo princípios fundamentais que regem a organização e a prestação dos serviços:

- **Universalidade da cobertura e do atendimento:** todos têm direito aos serviços, respeitadas as condições específicas de cada política.
- **Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais:** assegura igualdade de tratamento entre diferentes grupos sociais.
- **Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços:** a oferta deve ser orientada pelas necessidades e pela justiça social.
- **Irredutibilidade do valor dos benefícios:** especialmente

na previdência, para proteger o poder de compra do beneficiário.

▪ **Equidade na forma de participação no custeio:** quem tem mais, contribui com mais, respeitando a capacidade contributiva.

▪ **Diversidade da base de financiamento:** a seguridade social é financiada por toda a sociedade, por meio de recursos da União, dos estados, dos municípios, das empresas e dos trabalhadores (*art. 195 da CF*).

▪ **Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa:** com participação da comunidade, especialmente nas áreas de saúde e assistência.

Além disso, o art. 195 da Constituição determina as fontes de financiamento da seguridade, estabelecendo um modelo solidário e tripartite, que envolve contribuições de empregadores, empregados, entidades e poder público. Esse modelo visa garantir a sustentabilidade financeira do sistema, ao mesmo tempo em que preserva seu caráter público e redistributivo.

Esses fundamentos formam a espinha dorsal do modelo de proteção social brasileiro, distinguindo-se de modelos puramente assistencialistas ou exclusivamente contributivos. A Constituição de 1988 inova ao articular direitos sociais de maneira integrada, ampliando o escopo da seguridade para além da simples lógica do seguro, abraçando uma visão mais ampla de cidadania.

PREVIDÊNCIA SOCIAL: CONTRIBUTIVA E PROTETIVA

A Previdência Social é o braço contributivo da Seguridade Social, destinado a proteger o trabalhador e sua família em casos de perda ou redução da capacidade de trabalho, seja por idade avançada, invalidez, doença, acidente, morte ou maternidade. Organizada sob o princípio da solidariedade intergeracional, ela funciona como um sistema de seguro social, onde os trabalhadores ativos financiam os benefícios dos aposentados e pensionistas.

Conforme dispõe o *art. 201 da Constituição Federal de 1988*:

"A Previdência Social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial."

Essa definição deixa claro que o acesso aos benefícios previdenciários depende de vínculo contributivo com o sistema, ou seja, o trabalhador precisa estar inscrito como segurado e ter

AMOSTRA

realizado contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), responsável pela gestão do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

► Regimes Previdenciários

A previdência brasileira está estruturada em três regimes distintos:

- **Regime Geral de Previdência Social (RGPS):** administrado pelo INSS, abrange trabalhadores da iniciativa privada, autônomos e facultativos.
- **Regime Próprio de Previdência Social (RPPS):** destinado aos servidores públicos efetivos da União, estados, DF e municípios.
- **Regime de Previdência Complementar:** de caráter facultativo, gerido por entidades abertas ou fechadas, e visa complementar os benefícios dos outros dois regimes.

O foco aqui será o **RGPS**, por ser o regime que atinge a maior parte da população brasileira.

► Tipos de Segurados

O RGPS reconhece diversos tipos de segurados:

- Segurado empregado (urbano/rural)
- Empregado doméstico
- Contribuinte individual
- Trabalhador avulso
- Segurado especial (pequeno produtor rural, pescador artesanal, etc.)
- Segurado facultativo

Cada tipo possui formas específicas de contribuição, mas todos têm direito à proteção previdenciária, desde que cumpram os requisitos legais.

► Benefícios Previdenciários

Os principais benefícios garantidos pela Previdência Social, nos termos do *art. 201 da CF* e da **Lei nº 8.213/1991**, são:

- **Aposentadoria por idade:** exige idade mínima e carência de contribuições.
- **Aposentadoria por invalidez (incapacidade permanente):** concedida a quem é considerado definitivamente incapaz para o trabalho.
- **Aposentadoria especial:** para trabalhadores expostos a agentes nocivos à saúde.
- **Pensão por morte:** pago aos dependentes do segurado falecido.
- **Auxílio-doença (benefício por incapacidade temporária):** concedido ao segurado temporariamente incapaz para o trabalho.
- **Auxílio-acidente:** benefício indenizatório, pago quando o segurado sofre redução da capacidade laboral.
- **Salário-maternidade:** para seguradas gestantes, adotantes ou em guarda judicial.
- **Auxílio-reclusão:** pago aos dependentes do segurado de baixa renda recolhido à prisão.

Esses benefícios exigem o cumprimento de carência (tempo mínimo de contribuição) e, em alguns casos, a qualidade de segurado. A manutenção dessa qualidade depende do tempo decorrido desde a última contribuição e pode ser prorrogada por períodos de graça.

► Reforma da Previdência e Novas Regras

Com a aprovação da **Emenda Constitucional nº 103/2019**, a Previdência Social passou por uma significativa reestruturação, com mudanças nos requisitos para aposentadorias, novas alíquotas de contribuição, regras de transição e fixação de idade mínima. Algumas alterações importantes incluem:

- **Idade mínima para aposentadoria:** 62 anos para mulheres e 65 para homens.
- **Extinção da aposentadoria por tempo de contribuição para novos segurados.**
- **Novo cálculo dos benefícios,** com base na média de todos os salários de contribuição.

É essencial que os candidatos a concursos estejam atualizados com essas novas regras, pois muitas bancas cobram a distinção entre as normas anteriores e as atuais.

CARÁTER PROTETIVO DA PREVIDÊNCIA

Apesar de seu caráter contributivo, a Previdência Social não se limita à lógica do seguro. Ela possui uma dimensão protetiva do Estado, ao garantir amparo diante de situações de risco social. É uma ferramenta de justiça distributiva e promoção da dignidade humana. Um exemplo disso é o acesso de trabalhadores de baixa renda, como os segurados especiais, a benefícios com regras mais flexíveis de contribuição.

Outro ponto importante é que, embora o Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) seja operacionalizado pelo INSS, ele não integra a Previdência, mas sim a Assistência Social, por ser não contributivo.

ASSISTÊNCIA SOCIAL: UNIVERSALIDADE E PROTEÇÃO AOS VULNERÁVEIS

A **Assistência Social** é uma política pública de proteção social voltada ao atendimento das necessidades básicas da população em situação de vulnerabilidade, pobreza ou risco social e pessoal. Dentre os três pilares da Seguridade Social, é o único que **dispensa a contribuição prévia** para acesso aos seus serviços e benefícios, conforme estabelecido no *art. 203 da Constituição Federal de 1988*:

"A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social." Essa política é orientada pelos princípios da universalidade da proteção social, gratuidade, equidade, participação popular e descentralização político-administrativa. Sua função é promover a inclusão social, reduzir desigualdades, proteger a dignidade humana e prevenir situações de risco que comprometam o pleno exercício da cidadania.

Bases Legais e Normativas

A base constitucional da Assistência Social está nos arts. 203 e 204 da CF/88, e sua regulamentação infraconstitucional ocorre principalmente por meio da **Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS** (Lei nº 8.742/1993). Também são relevantes o Estatuto da



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!